

EXCEDENTE DA
CESSÃO ONEROSA
Brasil
PARTILHA DA PRODUÇÃO



anp

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

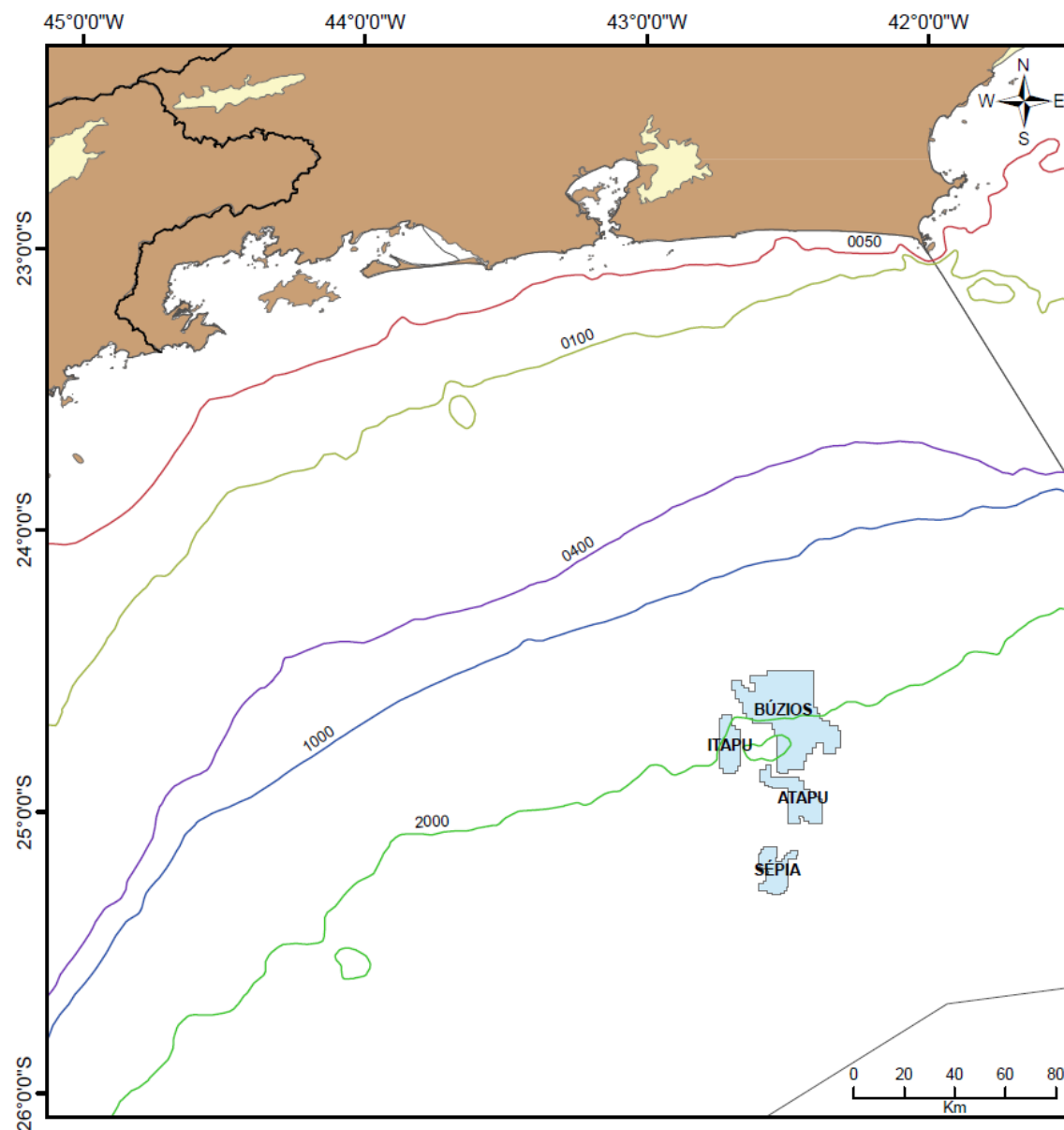
Diretrizes Ambientais

Nilce Olivier Costa

Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2019

Localização



Santos

- Sépia
- Búzios
- Atapu
- Itapu

LDA de 1.600 a 2.250 m

Distância de mais de 240 km
da linha de costa

Resolução CNPE nº 17/2017



Avaliações Ambientais de Áreas Sedimentares (AAAS)



Manifestação Conjunta do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente



Pareceres dos Órgãos Estaduais do Meio Ambiente



Antecipação e solução de possíveis conflitos ainda na etapa de definição de blocos

Pareceres Ambientais

GTPEG

Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de
Exploração e Produção de Óleo e Gás

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Parecer Técnico GTPEG nº 03/2018

Manifestação Conjunta MME/MMA

Todas as áreas em oferta na Rodada de Licitações do Excedente da Cessão Onerosa foram consideradas aptas à atividade de E&P pelo GTPEG

Fundamentação



Áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira (Portaria MMA nº 09/2007)



Unidades de conservação



Atlas de sensibilidade ao óleo (Cartas SAO)



Espécies da biodiversidade brasileira ameaçadas de extinção



Experiência pretérita dos processos de licenciamento ambiental conduzidos pela DILIC/IBAMA e conhecimentos setoriais do ICMBio, ANA e MMA

Considerações Gerais



Principais questões, na fase exploratória, a serem consideradas para avaliação da viabilidade ambiental:

- Impactos sobre a pesca;
- Presença de bancos biogênicos e impactos cumulativos de muitas atividades concomitantes;
- Cenários com alta probabilidade de toque na costa.



Os PEIs deverão contemplar análises robustas de vulnerabilidade com especial atenção às unidades de conservação e às espécies ameaçadas presentes na área; poderão ser exigidos recursos adicionais àqueles previstos na Resolução Conama nº 398/08;



Para a concessão das licenças ambientais deverão ser estabelecidas estratégias de respostas a acidentes com óleo que realmente demonstrem sua eficácia, caso as modelagens indiquem elevada probabilidade de atingimento dos ativos ambientais por óleo.

Considerações Finais



O Parecer Ambiental

- evidencia que não há incompatibilidades das áreas em oferta com os objetivos estratégicos de proteção da qualidade ambiental;
- antecipa recomendações para o licenciamento na forma de condicionantes e medidas de mitigação;
- não substitui o processo de licenciamento ambiental (atribuição do IBAMA).



Papel institucional da ANP:

- Avaliação do cumprimento dos programas exploratórios;
- Impõe padrões de segurança operacional e uso das melhores práticas;
- Salas de situação dos processos de licenciamento ambiental (otimização do processo);
- Realização de treinamentos técnicos com órgãos ambientais;
- Contratação das AAAS e participação no Comitê Técnico de Acompanhamento (CTA).

Divulgação



PÁGINA INICIAL > RODADA DE LICITAÇÕES DO EXCEDENTE DA CESSÃO ONEROSA > DIRETRIZES AMBIENTAIS

Entenda as Rodadas

Oferta Permanente

Cessão de Contratos

Instituições
Inadimplentes

RODADAS EM
ANDAMENTO

Rodada de Licitações
do Excedente da
Cessão Onerosa

Áreas em Oferta

Pré-Edital e
Minutas de
contrato de
partilha de
produção

Cronograma
Indicativo

Diretrizes Ambientais

Publicado: Quinta, 13 de Junho de 2019, 08h00 | Última atualização em Quinta, 13 de Junho de 2019, 15h35 | Acessos: 377

[Tweeter](#) [Curtir 4,2 mil](#)

Para cumprimento ao disposto na Resolução CNPE nº 17/17, as áreas ofertadas nas rodadas de licitações promovidas pela ANP são previamente analisadas quanto à viabilidade ambiental pelos órgãos ambientais estaduais e pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás (GTPEG).

O objetivo desse trabalho conjunto é eventualmente excluir áreas por restrições ambientais em função de sobreposição com áreas onde não é possível ou recomendável a ocorrência de atividades de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural.

Como resultado dessa análise são elaborados pareceres pelos órgãos ambientais contendo algumas diretrizes, que permitem ao futuro concessionário a inclusão da variável ambiental em seus estudos de viabilidade técnica e econômica dos projetos de E&P de petróleo e gás natural.

O licenciamento ambiental das atividades marítimas e em zona de transição de E&P é realizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), através da CGMAC (Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros).

- [Licenciamento Ambiental](#)

Documentos para a Rodada de Licitações do Excedente da Cessão Onerosa:

- [Parecer Técnico GTPEG Nº 3/2018](#)
- [Manifestação Conjunta MME / MMA](#)
- [Nota Técnica nº 040/SSM/2018, de 19/03/2018](#)



rodadas.anp.gov.br

Pacote de dados



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Obrigado.

Contato: rodadas@anp.gov.br

www.anp.gov.br

<http://rodadas.anp.gov.br/pt/rodada-de-licitacoes-de-partilha-de-producao-do-excedente-da-cessao-onerosa/diretrizes-ambientais>